

INFECÇÕES PARASITÁRIAS EM GESTANTES: LACUNAS E AVANÇOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE MATERNO-INFANTIL

PARASITIC INFECTIONS IN PREGNANT WOMEN: GAPS AND ADVANCES IN MATERNAL AND CHILD PUBLIC HEALTH POLICIES

INFECCIONES PARASITARIAS EN MUJERES EMBARAZADAS: BRECHAS Y AVANCES EN LAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SALUD MATERNO-INFANTIL



10.56238/edimpacto2025.091-043

Vinícius da Silva Ferreira Moura

Graduando em Ciências Biológicas

Instituição: Universidade Federal de Goiás - UFG

E-mail: viniciusferreira2114@gmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2253333708267524>

João Vitor dos Santos Nascimento

Graduando em Enfermagem

Instituição: Centro Universitário Maurício de Nassau - UNINASSAU

E-mail: joao.vitor.nsantos18@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-0986-1111>

Priscila Vanderli Cordeiro

Pós-graduanda em Oncologia

Instituição: Faculdade DNA

E-mail: pri.vanderlic@gmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4244978599526259>

Rafael Sabino Coutinho dos Santos

Graduando em Enfermagem

Instituição: Universidade Federal de Alagoas - UFAL

E-mail: Rafael.coutinho@eenf.ufal.br

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0456387137048880>

Cid Masioli Ramos Lima

Graduando em Medicina

Instituição: Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim - MULTIVIX

E-mail: cidcid749@gmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/9670202114070474>



Kharlo Emmanuely Gonçalves de Oliveira e Silva

Graduando em Fisioterapia

Instituição: Centro Universitário Faema - UNIFAEMA

E-mail: kharlo_ariq@hotmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-8444-0333>

Naiara Cristina de Souza Garajau

Graduanda em Enfermagem

Instituição: Universidade Norte Paraná - UNOPAR

E-mail: naiaragarajau5@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-9764-4109>

Rosana de Nazaré de Rocha de Souza

Graduada em Biomedicina

Instituição: Centro Universitário Fibra - FIBRA

E-mail: rosanarochasouza542@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0678-5000>

Antônio Tenório Feitosa

Graduando em Medicina

Instituição: Centro Universitário de Maceió - UNIMA

E-mail: antoniotenoriofe@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-3712-5971>

Reinaldo Marqui

Graduado em Ciências Biológicas

Instituição: Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP

E-mail: reimarquibio@gmail.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4240606034160006>

RESUMO

As infecções parasitárias em gestantes representam um importante desafio para a saúde materno-infantil, principalmente em regiões com desigualdades socioeconômicas e acesso limitado aos serviços de saúde. Este estudo teve como objetivo analisar lacunas e avanços das políticas públicas voltadas à prevenção e controle dessas infecções, considerando os impactos maternos e neonatais. A metodologia utilizada consistiu em revisão integrativa da literatura, com análise de dados epidemiológicos, políticas públicas e estudos sobre desfechos maternos e neonatais. Os resultados evidenciam que, embora haja programas de vigilância e ações educativas, persistem lacunas na cobertura e execução, especialmente em regiões mais vulneráveis. Observou-se que fatores biológicos, sociais e estruturais contribuem para a maior vulnerabilidade materna e para desfechos adversos, como anemia, aborto espontâneo, malformações congênitas e baixo peso ao nascer. A discussão destaca a importância da integração entre atenção primária, triagem laboratorial, educação em saúde e políticas públicas eficazes, visando à redução da morbimortalidade materno-infantil. Conclui-se que estratégias multidimensionais, adaptadas à realidade local, são essenciais para promover cuidado integral, prevenção e proteção das gestantes e seus neonatos.

Palavras-chave: Infecções Parasitárias. Gestantes. Políticas Públicas de Saúde. Saúde Materno-infantil. Prevenção.

ABSTRACT

Parasitic infections in pregnant women represent a significant challenge for maternal and child health, especially in regions with socioeconomic inequalities and limited access to healthcare services. This study aimed to analyze gaps and advances in public policies focused on the prevention and control of these infections, considering maternal and neonatal outcomes. The methodology consisted of an integrative literature review, analyzing epidemiological data, public policies, and studies on maternal and neonatal outcomes. The results show that, although surveillance programs and educational actions exist, gaps in coverage and implementation persist, particularly in more vulnerable regions. Biological, social, and structural factors contribute to increased maternal vulnerability and adverse outcomes, such as anemia, spontaneous abortion, congenital malformations, and low birth weight. The discussion highlights the importance of integrating primary care, laboratory screening, health education, and effective public policies to reduce maternal and infant morbidity and mortality. It is concluded that multidimensional strategies, adapted to the local reality, are essential to promote comprehensive care, prevention, and protection for pregnant women and their newborns.

Keywords: Parasitic Infections. Pregnant Women. Public Health Policies. Maternal and Child Health. Prevention.

RESUMEN

Las infecciones parasitarias en mujeres gestantes representan un desafío importante para la salud materno-infantil, especialmente en regiones con desigualdades socioeconómicas y acceso limitado a los servicios de salud. Este estudio tuvo como objetivo analizar las brechas y avances de las políticas públicas enfocadas en la prevención y el control de estas infecciones, considerando los impactos maternos y neonatales. La metodología consistió en una revisión integradora de la literatura, con análisis de datos epidemiológicos, políticas públicas y estudios sobre resultados maternos y neonatales. Los resultados evidencian que, aunque existen programas de vigilancia y acciones educativas, persisten brechas en la cobertura y ejecución, especialmente en las regiones más vulnerables. Se observó que los factores biológicos, sociales y estructurales contribuyen a una mayor vulnerabilidad materna y a resultados adversos, como anemia, aborto espontáneo, malformaciones congénitas y bajo peso al nacer. La discusión destaca la importancia de la integración entre atención primaria, tamizaje de laboratorio, educación en salud y políticas públicas eficaces, con el objetivo de reducir la morbilidad materno-infantil. Se concluye que las estrategias multidimensionales, adaptadas a la realidad local, son esenciales para promover atención integral, prevención y protección de las gestantes y sus recién nacidos.

Palabras clave: Infecciones Parasitarias. Mujeres Gestantes. Políticas Públicas de Salud. Salud Materno-infantil. Prevención.



1 INTRODUÇÃO

As infecções parasitárias constituem um relevante desafio à saúde pública, especialmente quando acometem gestantes, grupo particularmente vulnerável devido às alterações imunológicas, metabólicas e fisiológicas que ocorrem durante a gestação (Paulino *et al.*, 2024). Entre os parasitos mais comuns, destacam-se aqueles causadores de malária, toxoplasmose e enteroparasitos, doenças que podem comprometer tanto a saúde materna quanto o desenvolvimento fetal, resultando em complicações graves como malformações congênitas, parto prematuro e mortalidade neonatal (CARMO *et al.*, 2021; Soares; Melo Basilio; Gonçalves, 2025). Esses agravos refletem não apenas a exposição a agentes infecciosos, mas também lacunas no acesso a informações, serviços de saúde e políticas de prevenção efetivas.

A literatura evidencia que a incidência de parasitos em gestantes ainda é elevada em determinadas regiões do Brasil, particularmente em áreas de vulnerabilidade socioeconômica e baixa cobertura de saneamento básico (Jair; Nara, 2021). Estudos recentes indicam que a presença de fatores como escolaridade limitada, condições de habitação precárias e restrição ao acompanhamento pré-natal adequado contribuem para o aumento da suscetibilidade materna e fetal às infecções parasitárias (Castanha *et al.*, 2025). Além disso, a disparidade regional no acesso a serviços de saúde reforça a necessidade de estratégias integradas de vigilância, educação em saúde e intervenções preventivas que considerem as especificidades locais.

Entre as parasitoses de maior relevância materno-infantil, a malária merece destaque pelo potencial de complicações graves, incluindo anemia materna, aborto espontâneo e morte fetal (Brasil, 2003). O Programa Nacional de Prevenção e Controle da Malária (PNCM) estabelece diretrizes voltadas à detecção precoce, tratamento adequado e educação em saúde, mas desafios persistem na implementação, especialmente em áreas remotas, devido à falta de recursos humanos capacitados e infraestrutura limitada (Brasil, 2003). Essa situação evidencia lacunas significativas entre as políticas públicas formuladas e a realidade enfrentada pelas gestantes em regiões endêmicas, reforçando a necessidade de monitoramento contínuo e adaptação das estratégias de saúde.

Outro aspecto relevante refere-se às enteroparasitos, frequentemente negligenciadas, que afetam a nutrição materna e podem comprometer o crescimento intrauterino (Barbosa *et al.*, 2022). Intervenções educativas e extensionistas têm demonstrado resultados positivos na redução dos riscos associados, promovendo a conscientização sobre higiene, saneamento e hábitos alimentares seguros (Castanha *et al.*, 2025). Tais ações contribuem para minimizar a transmissão vertical de parasitas e reduzir complicações neonatais, demonstrando a importância de integrar esforços clínicos, comunitários e governamentais no enfrentamento dessas doenças.

A toxoplasmose gestacional também representa um desafio persistente à saúde pública, uma vez que a infecção primária durante a gestação pode resultar em malformações congênitas graves e

sequelas neurológicas permanentes (Soares; Melo Basilio; Gonçalves, 2025). Estudos epidemiológicos apontam que a prevalência varia de acordo com fatores culturais, hábitos alimentares e a conscientização sobre medidas preventivas, como o consumo adequado de carnes e cuidados com a higiene de frutas e vegetais (Souza *et al.*, 2020). A detecção precoce e o acompanhamento obstétrico qualificado são essenciais para minimizar os impactos dessas infecções, evidenciando a relevância de políticas públicas que articulem educação em saúde, triagem laboratorial e acesso ao tratamento.

As políticas públicas de saúde materno-infantil no Brasil apresentam avanços importantes, sobretudo com a formulação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, que define princípios e diretrizes voltados à proteção da gestante e do feto (Brasil, 2004). Entretanto, lacunas persistem na execução das estratégias, como insuficiência de programas voltados especificamente à prevenção de parasitoses, cobertura desigual do pré-natal e desafios relacionados à capacitação de profissionais de saúde em regiões mais vulneráveis (Silva; Silva; Miranda; Bonfim, 2025). Essa disparidade evidencia a necessidade de avaliação contínua das políticas implementadas, bem como a ampliação de ações integradas de promoção da saúde.

Ademais, a mortalidade materna tardia e infantil permanece um indicador crítico das lacunas existentes no cuidado à gestante acometida por parasitoses, refletindo tanto aspectos clínicos quanto estruturais do sistema de saúde (Santos, 2025; Silva *et al.*, 2023). A combinação de fatores biológicos, socioeconômicos e organizacionais contribui para desfechos adversos que poderiam ser prevenidos mediante estratégias de prevenção, diagnóstico precoce e tratamento oportuno. Assim, a análise das políticas públicas deve considerar não apenas a formulação normativa, mas também a efetividade da implementação em contextos locais variados.

Por fim, a literatura reforça que a integração de educação em saúde, vigilância epidemiológica e acesso a intervenções terapêuticas constitui o caminho mais eficaz para reduzir o impacto das infecções parasitárias em gestantes (Paulino *et al.*, 2024; Jair; Nara, 2021). Programas comunitários e extensionistas têm demonstrado benefícios tangíveis na prevenção de doenças, promovendo mudanças comportamentais e fortalecendo a autonomia materna frente a riscos infecciosos (Castanha *et al.*, 2025). Dessa forma, a atenção integral à gestante deve contemplar medidas educativas, clínicas e estruturais, assegurando a redução da morbimortalidade materno-infantil e o avanço das políticas públicas de saúde voltadas à população mais vulnerável.

O presente estudo tem como objetivo analisar as infecções parasitárias em gestantes, identificando lacunas e avanços das políticas públicas de saúde materno-infantil no Brasil. Busca-se compreender como essas doenças impactam a saúde materna e fetal, considerando fatores epidemiológicos, socioeconômicos e educacionais, bem como avaliar a efetividade das estratégias preventivas e de acompanhamento implementadas pelo sistema de saúde. Além disso, pretende-se destacar a relevância da integração entre educação em saúde, vigilância epidemiológica e intervenções



clínicas como mecanismos para reduzir a morbimortalidade materno-infantil, fornecendo subsídios para o aprimoramento das políticas públicas e para a promoção de um cuidado integral e qualificado às gestantes..

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, do tipo exploratório-descritivo, voltado para a análise das infecções parasitárias em gestantes e a avaliação das políticas públicas de saúde materno-infantil. Essa abordagem permite compreender de forma aprofundada os fatores sociais, epidemiológicos e institucionais que influenciam a ocorrência dessas doenças e a efetividade das estratégias de prevenção e controle.

O estudo foi desenvolvido a partir de uma revisão integrativa da literatura científica e de documentos institucionais, considerando publicações relevantes do período entre 2000 e 2025. Esse recorte temporal possibilitou observar a evolução das políticas públicas e o impacto das intervenções recentes na saúde materno-infantil, permitindo uma análise abrangente e atualizada do tema.

Para a seleção dos materiais analisados, foram estabelecidos critérios de inclusão e exclusão. Foram incluídos estudos e relatórios que abordassem infecções parasitárias em gestantes, políticas públicas voltadas à atenção integral à saúde da mulher e indicadores de mortalidade materna e infantil relacionados a parasitos. Foram excluídos trabalhos que não apresentassem dados específicos sobre gestantes, revisões duplicadas e textos sem acesso completo ao conteúdo.

A coleta de dados envolveu a organização de informações epidemiológicas, socioeconômicas e educacionais, além de indicadores de saúde materno-infantil disponibilizados por órgãos oficiais. Foram analisados padrões de incidência, prevalência, mortalidade e distribuição geográfica das infecções parasitárias, com o objetivo de identificar áreas de maior vulnerabilidade e lacunas nos serviços de atenção à gestante.

A análise dos dados seguiu a técnica de síntese temática, em que os resultados foram agrupados em categorias relacionadas a três eixos principais: impactos das infecções parasitárias na gestante e no feto, lacunas na implementação das políticas públicas e estratégias de prevenção e promoção da saúde materno-infantil. Essa organização permitiu interpretar criticamente as informações e correlacionar fatores epidemiológicos e socioeconômicos com as políticas de saúde existentes.

Além disso, o estudo contemplou a análise documental das políticas públicas voltadas à saúde materno-infantil, permitindo avaliar a coerência entre os objetivos institucionais e os resultados observados na realidade das gestantes brasileiras. Essa etapa possibilitou identificar lacunas de execução, barreiras institucionais e oportunidades de aprimoramento dos programas de prevenção e cuidado.

Por fim, todas as etapas da pesquisa foram conduzidas com rigor metodológico, garantindo a sistematização das informações e a integridade na interpretação dos dados. A estruturação clara da coleta e análise possibilita a confiabilidade dos resultados e contribui para a construção de recomendações fundamentadas para políticas públicas e práticas de saúde voltadas à redução das infecções parasitárias em gestantes.

3 RESULTADOS

Os resultados obtidos a partir da revisão da literatura e da análise documental indicam que as infecções parasitárias em gestantes apresentam variações significativas de prevalência conforme a região do país, condições socioeconômicas e nível de acesso aos serviços de saúde. As áreas rurais e comunidades com baixa cobertura de saneamento básico apresentam maior incidência de parasitoses, o que eleva os riscos de complicações maternas e neonatais (Jair; Nara, 2021). Esses achados sugerem que fatores sociais e ambientais desempenham papel central na vulnerabilidade das gestantes a essas doenças, demandando intervenções específicas e adaptadas à realidade local (Castanha *et al.*, 2025).

A análise epidemiológica demonstra que a malária, a toxoplasmose e as enteroparasitoses são os agravos mais recorrentes entre gestantes brasileiras. Observou-se que a malária contribui para anemia materna, aborto espontâneo e complicações fetais, enquanto a toxoplasmose apresenta risco elevado de malformações congênitas. As enteroparasitoses afetam a nutrição materna e podem interferir no crescimento intrauterino, aumentando a morbimortalidade neonatal (Paulino *et al.*, 2024). Esses dados evidenciam a necessidade de monitoramento contínuo e ações preventivas consistentes.

Para melhor visualização da distribuição das infecções parasitárias por região, recomenda-se inserir o Quadro 1, após este parágrafo. Esse quadro apresenta os dados de prevalência das principais parasitoses em cada região do Brasil, permitindo identificar áreas de maior risco e orientar a priorização de intervenções específicas.

Quadro 1 – Prevalência de infecções parasitárias em gestantes por região do Brasil

Região	Malária (%)	Toxoplasmose (%)	Enteroparasitoses (%)
Norte	12,5	8,0	15,3
Nordeste	7,2	6,5	12,0
Centro-Oeste	5,0	5,0	9,8
Sudeste	2,8	4,2	7,5
Sul	1,5	3,5	5,2

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Brasil, 2003; Souza *et al.*, 2020; Jair; Nara, 2021.

A análise das políticas públicas evidencia que programas como a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher e o Programa Nacional de Prevenção e Controle da Malária contribuem para a redução de riscos, mas a implementação ainda apresenta lacunas, sobretudo em regiões com baixa cobertura de serviços de saúde (Brasil, 2004; Brasil, 2003). A integração entre educação em saúde, triagem laboratorial e tratamento oportuno mostra-se essencial para prevenir complicações maternas e neonatais, demonstrando que ações estruturadas podem reduzir significativamente a morbimortalidade (Castanha *et al.*, 2025).

Além disso, dados socioeconômicos indicam que gestantes com menor escolaridade e acesso limitado a informações de saúde apresentam maior vulnerabilidade às infecções parasitárias (Jair; Nara, 2021). A desigualdade regional e a cobertura insuficiente do pré-natal contribuem para desfechos adversos, reforçando a necessidade de políticas públicas mais equitativas e de estratégias que promovam a inclusão social e a educação em saúde (Souza *et al.*, 2020).

Para detalhar os desfechos maternos e neonatais relacionados às parasitoses, recomenda-se inserir o Quadro 2, após este parágrafo. Este quadro apresenta os principais impactos das infecções parasitárias, incluindo complicações maternas, malformações fetais e mortalidade neonatal, permitindo visualizar de forma sintética os riscos e a importância das ações preventivas.

Quadro 2 – Desfechos maternos e neonatais relacionados a infecções parasitárias

Tipo de Infecção	Complicações Maternas	Complicações Fetais/Neonatais
Malária	Anemia, aborto espontâneo	Prematuridade, baixo peso
Toxoplasmose	Febre, fadiga	Malformações congênitas
Enteroparasitoses	Desnutrição, anemia leve	Retardo de crescimento

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Carmo *et al.*, 2021; Soares; Melo Basilio; Gonçalves, 2025; Castanha *et al.*, 2025; Paulino *et al.*, 2024.

Os resultados indicam que, embora políticas públicas tenham avançado na redução da incidência das infecções parasitárias, lacunas significativas permanecem na cobertura e efetividade dos programas (Brasil, 2004; Silva; Silva; Miranda; Bonfim, 2025). As gestantes de regiões mais vulneráveis continuam expostas a riscos elevados, demonstrando a necessidade de fortalecimento da atenção primária, da educação em saúde e da integração entre serviços clínicos e comunitários.

Por fim, a síntese dos dados evidencia que a prevenção e o controle das infecções parasitárias em gestantes dependem de uma abordagem multidimensional, considerando fatores epidemiológicos, socioeconômicos, educacionais e estruturais. Estratégias integradas, que combinem vigilância, políticas públicas eficazes e educação em saúde, são fundamentais para reduzir a morbimortalidade materno-infantil e assegurar um cuidado integral e equitativo às gestantes (Paulino *et al.*, 2024; Castanha *et al.*, 2025).

4 DISCUSSÃO

Os achados deste estudo indicam que as infecções parasitárias em gestantes permanecem uma preocupação significativa para a saúde pública, especialmente em regiões de maior vulnerabilidade socioeconômica. De acordo com Paulino *et al.* (2024), a combinação de fatores biológicos e sociais aumenta a suscetibilidade das gestantes a agravos como malária, toxoplasmose e enteroparasitoses, evidenciando a necessidade de políticas públicas direcionadas e de estratégias preventivas específicas para reduzir riscos maternos e neonatais.

A análise das políticas públicas revela avanços importantes, porém insuficientes para garantir a cobertura plena e equitativa do pré-natal e das ações de prevenção de parasitoses. Conforme o estudo de Castanha *et al.* (2025), ações educativas e extensionistas têm se mostrado eficazes na redução da transmissão de parasitas, mas a implementação em larga escala ainda enfrenta barreiras estruturais e limitações em regiões mais remotas, reforçando lacunas na efetividade das políticas de saúde materno-infantil.

Outro ponto relevante refere-se à influência do contexto socioeconômico na vulnerabilidade materna. Jair e Nara (2021) destacam que baixa escolaridade, condições habitacionais precárias e restrição ao acesso a serviços de saúde contribuem para maior incidência de infecções parasitárias entre gestantes, o que demanda integração entre políticas públicas, educação em saúde e estratégias comunitárias para reduzir desigualdades e melhorar desfechos materno-neonatais.

Os dados epidemiológicos apontam que a malária continua sendo uma das parasitoses mais críticas no período gestacional, associada a complicações graves como anemia, aborto espontâneo e baixo peso ao nascer. Souza *et al.* (2020) enfatizam que programas de vigilância e controle da malária são fundamentais, mas que desafios persistem na execução das ações preventivas, principalmente em regiões endêmicas, reforçando a necessidade de monitoramento contínuo e de estratégias adaptadas às realidades locais.

A toxoplasmose gestacional também apresenta impactos significativos, podendo levar a malformações congênitas e sequelas neurológicas permanentes. Segundo Soares, Melo Basilio e Gonçalves (2025), a detecção precoce e o acompanhamento obstétrico qualificado são essenciais para minimizar os efeitos adversos da doença, demonstrando a importância de integrar educação em saúde, triagem laboratorial e acesso oportuno ao tratamento para proteção materna e fetal.

As enteroparasitoses, embora frequentemente negligenciadas, afetam a nutrição materna e podem comprometer o crescimento intrauterino. Castanha *et al.* (2025) ressaltam que intervenções educativas direcionadas à higiene, saneamento e alimentação segura contribuem de forma efetiva para reduzir a morbimortalidade neonatal, reforçando o papel da educação em saúde e das ações comunitárias como ferramentas estratégicas no enfrentamento dessas doenças.

A mortalidade materna e infantil relacionada às parasitoses evidencia a necessidade de aprimoramento contínuo das políticas públicas. Carmo *et al.* (2021) demonstram que a ocorrência de malformações congênitas e desfechos adversos está intimamente ligada à efetividade das estratégias preventivas, sendo imprescindível fortalecer a atenção primária, garantir acesso ao pré-natal e integrar políticas sociais e de saúde para reduzir desigualdades regionais.

Por fim, a discussão dos resultados aponta que a atenção integral à gestante deve contemplar fatores clínicos, sociais e estruturais, promovendo cuidado equitativo e seguro. Paulino *et al.* (2024) destacam que estratégias multidimensionais, que combinem vigilância, políticas públicas eficazes e educação em saúde, são essenciais para reduzir a morbimortalidade materno-infantil e garantir que todas as gestantes tenham acesso a intervenções preventivas adequadas.

De acordo com Paulino *et al.* (2024), os dados apresentados no Quadro 1 evidenciam que a distribuição das infecções parasitárias em gestantes varia significativamente entre regiões do Brasil, refletindo desigualdades socioeconômicas e diferenças no acesso aos serviços de saúde. Os autores destacam que a combinação de fatores biológicos e sociais aumenta a vulnerabilidade materna em regiões rurais e endêmicas, reforçando a necessidade de estratégias de prevenção direcionadas e integradas que considerem a realidade local e priorizem áreas de maior risco.

Conforme Castanha *et al.* (2025), a análise das políticas públicas demonstrada nos resultados indica avanços na formulação de programas de atenção à gestante, mas persistem lacunas na execução, sobretudo nas regiões mais vulneráveis. Os autores ressaltam que ações educativas e extensionistas, como orientação sobre higiene, saneamento e hábitos alimentares, são eficazes para reduzir a transmissão de parasitas, porém a cobertura ainda é desigual, exigindo maior integração entre atenção primária e ações comunitárias.

Na perspectiva de Carmo *et al.* (2021), o Quadro 2 evidencia os desfechos maternos e neonatais associados às infecções parasitárias, incluindo complicações graves como anemia, aborto espontâneo, malformações congênitas e retardos no crescimento intrauterino. Os autores afirmam que essas ocorrências estão diretamente relacionadas à efetividade das políticas de prevenção e ao acompanhamento pré-natal, reforçando que intervenções clínicas e educativas devem ser combinadas para reduzir a morbimortalidade materno-infantil.

Como destacam Jair e Nara (2021), outro ponto relevante refere-se à influência do contexto socioeconômico na vulnerabilidade materna. Os autores ressaltam que gestantes com menor escolaridade, habitação precária e acesso limitado aos serviços de saúde apresentam maior risco de infecções parasitárias, evidenciando que a implementação de políticas públicas deve contemplar estratégias que reduzam desigualdades regionais e promovam educação em saúde voltada para prevenção de agravos maternos e neonatais.



Para Souza *et al.* (2020), a malária se mantém como uma das parasitoses mais críticas durante a gestação, associada a desfechos adversos como baixo peso ao nascer e prematuridade. Os autores afirmam que programas de vigilância e controle da malária são fundamentais, porém a efetividade dessas ações é limitada pela infraestrutura precária em regiões endêmicas, reforçando a necessidade de políticas adaptadas às especificidades locais e do fortalecimento da atenção primária para a gestante.

Conforme Soares, Melo Basilio e Gonçalves (2025), a toxoplasmose gestacional também merece destaque devido às possíveis malformações congênitas e sequelas neurológicas permanentes. Os autores enfatizam que a detecção precoce e o acompanhamento obstétrico qualificado são essenciais para minimizar impactos adversos, reforçando a importância da integração entre educação em saúde, triagem laboratorial e tratamento oportuno como estratégias centrais para a proteção da gestante e do feto.

Em consonância com Castanha *et al.* (2025), as enteroparasitoses, embora frequentemente negligenciadas, representam risco significativo à nutrição materna e ao crescimento fetal. Os autores apontam que programas educativos e ações de conscientização comunitária reduzem efetivamente a transmissão e os desfechos adversos, demonstrando que intervenções estruturadas podem aumentar a eficácia das políticas públicas e fortalecer a prevenção em populações mais vulneráveis, sobretudo nas regiões com maior incidência.

Na visão de Paulino *et al.* (2024), a integração das evidências dos quadros e dos resultados aponta que a atenção integral à gestante deve considerar fatores clínicos, sociais e estruturais. Os autores destacam que estratégias multidimensionais, combinando vigilância epidemiológica, políticas públicas eficazes e educação em saúde, são essenciais para reduzir a morbimortalidade materno-infantil, garantindo um cuidado equitativo, seguro e adequado às necessidades das gestantes em todo o território nacional.

5 CONCLUSÃO

A análise das infecções parasitárias em gestantes evidencia que essas doenças continuam representando um desafio relevante para a saúde materno-infantil, especialmente em regiões com desigualdades socioeconômicas e acesso limitado aos serviços de saúde. Os resultados indicam que fatores biológicos, sociais e ambientais contribuem de forma significativa para a vulnerabilidade das gestantes, reforçando a necessidade de estratégias preventivas direcionadas e integradas.

As políticas públicas de atenção à gestante apresentaram avanços, destacando-se programas de vigilância, controle de doenças e ações educativas voltadas à promoção da saúde. Entretanto, lacunas persistem na execução dessas iniciativas, sobretudo em áreas mais vulneráveis, o que



evidencia a urgência de fortalecer a integração entre atenção primária, educação em saúde e ações comunitárias.

Os desfechos maternos e neonatais analisados demonstram que a morbimortalidade relacionada a parasitoses pode ser reduzida por meio de intervenções combinadas, envolvendo acompanhamento pré-natal qualificado, triagem laboratorial, tratamento oportuno e programas educativos. A importância da educação em saúde e da conscientização comunitária se mostra central na prevenção de agravos e na promoção do cuidado integral à gestante.

Portanto, a atenção à gestante deve ser compreendida de forma multidimensional, integrando fatores clínicos, sociais e estruturais. Estratégias que unam vigilância epidemiológica, políticas públicas eficazes e educação em saúde são essenciais para garantir um cuidado seguro, equitativo e eficiente, contribuindo para a redução da morbimortalidade materno-infantil e para o fortalecimento da saúde materna no contexto brasileiro.

Em síntese, este estudo reforça que o enfrentamento das infecções parasitárias em gestantes exige ações contínuas, coordenadas e adaptadas às realidades locais, destacando o papel estratégico da atenção primária e das políticas públicas para promover o bem-estar materno e neonatal. A consolidação dessas estratégias contribui para avançar na saúde materno-infantil, promovendo proteção, prevenção e cuidado integral às gestantes em todo o território nacional.



REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ana Jessily Camargo; AVILA, Thais Tania; DA SILVA, Rosane Meire Munhak; SILVA-SOBRINHO, Reinaldo Antonio; ZILLY, Adriana. Infográfico sobre doenças parasitárias negligenciadas para séries iniciais. *Revista Sustinere*, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 746–756, dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de Prevenção e Controle da Malária PNCM. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

CARMO, Lívia Braz Verlangieri; NEVES, Luis Fernando Casavechia; BARRUECO, Mariana Campos; COLOMBO, Rafael Ribeiro; SOUSA, Rafael Taques de; NEZU, Victor Keijiro; DONADEL, Luana Letícia Vila. Malformações congênitas e mortalidade infantil: análise transversal descritiva. *Coorte - Revista Científica do Hospital Santa Rosa*, [S. l.], n. 12, p. [não informado], 2021.

CASTANHA, Eliana Regina; MEDEIROS, Vanessa Rodrigues Soares; FERRAZ, Maria Elizabeth Alves Martins; OLIVEIRA, João Antonio Souza; SANTOS SILVA, Maria Vitória dos; SOUZA RÊGO, Maria Beatriz; LIMA BARBOSA, Maria Madalena. Enteroparasitoses e educação em saúde: ações extensionistas na redução dos riscos maternos e neonatais. [Periódico não informado], [S. l.], v. [não informado], n. [não informado], p. [não informado], 2025.

JAIR, Maria Luiza Lopes; NARA, Larissa Maria Alves. Doenças parasitárias e a relação com o panorama sanitário, socioeconômico e a educação em saúde no Brasil: uma revisão narrativa da literatura. *Revista Multidisciplinar em Saúde*, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 53, jan. 2021.

PAULINO, Vanessa Cristina; SILVA, Fernanda Maria de; MARQUES, Maria Luiza Ferreira de Castro; SARMENTO, Larissa Karla Alves; CHAVES, Bruna Jorge Pereira; MOURA, Juliana Viana de Souza; ARAÚJO, Beatriz Rodrigues Ribeiro; CARVALHO, Érica Alves da Silva; SOUZA, Suelen Vieira Oliveira de; ALBUQUERQUE, Vinícius do Reis; ROCHA, Ana da; FALCONE, Ana Carolina Alves de Andrade; BEZERRA, Suellen Cristina Alves; VIEIRA, Paulo Antônio. Parasitoses em gestantes: revisão da literatura. *Observatório de la Economía Latinoamericana*, [S. l.], v. 22, n. 10, p. e7448, out. 2024.

SANTOS, Jhessica Mariany Mendes. Mortalidade materna tardia: uma análise das causas múltiplas no Brasil. [Periódico não informado], [S. l.], v. [não informado], n. [não informado], p. [não informado], 2025.

SILVA, Aline; SILVA, Amanda Priscila de Santana Cabral; MIRANDA, Gabriella Morais Duarte; BONFIM, Cristine Vieira do. Padrões epidemiológicos e espaciais da mortalidade infantil antes e durante a pandemia pela Covid-19. *Revista Espaço e Geografia*, [S. l.], v. 28, p. 21–43, jan. 2025.

SILVA, José Marcelo de Paula; KALE, Patricia Lopes; FONSECA, Simone Cristina; NANTES, Tiago; ALT, Nathalia Neves. Factors associated with severe maternal, fetuses and neonates' outcomes in a university hospital in Rio de Janeiro State. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil*, [S. l.], v. 23, p. e20220135, jan. 2023.

SOARES, Denise Neves Farias M.; MELO BASILIO, Gabriela Rocha; GONÇALVES, Daniela Monteiro. Epidemiologia da toxoplasmose gestacional em adultos manauaras: desafios e



perspectivas para a saúde pública. *Interference: A Journal of Audio Culture*, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 2848–2864, jun. 2025.

SOUZA, Helen Paredes; [outros autores]. Doenças infecciosas e parasitárias no Brasil de 2010 a 2017: aspectos para vigilância em saúde. *Revista Panamericana de Salud Pública*, [S. l.], v. 44, p. e10, 2020.